

A EDUCAÇÃO ESCOLAR GUARANI NO RIO DE JANEIRO: UM DOS LOCAIS DE AFIRMAÇÃO DOS SABERES.

Andrea de Lima R. Sales¹
Prof. Dr. Aloísio J. J. Monteiro²

RESUMO: Passados mais de 500 anos da conquista do território brasileiro pelos portugueses, os povos indígenas ainda são descritos por muitos como sujeitos coadjuvantes do processo histórico. Aqueles que sempre foram “preguiçosos” e que vivem nus e em casas de palha, que “perderam sua identidade” e que por isso, os “originais” são os do passado. Por alguns são reconhecidos como em extinção e por outros são lembrados como “aculturados ou civilizados”. Esses fatos demonstram invisibilidade às culturas, tradições, linguagens, imagens e principalmente desconhecimento ou falta de reconhecimento aos processos próprios de aprendizagem desenvolvidos pelas mais de 220 etnias indígenas resistentes e que atualmente vivem nesse país. Realizando um recorte educacional, pretendemos contribuir neste trabalho para melhor compreensão do que é a educação escolar Guarani do Rio de Janeiro e de como ela tem sido utilizada pela comunidade como um dos locais de transmissão e afirmação de seus saberes.

Palavras-chave: Escola; Saberes; Guarani.

¹ Andrea de Lima Ribeiro Sales é Mestranda em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. (PPGEduc/UFRRJ). Bolsista CAPES/DS/UFRRJ. Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Colaboradora e Pedagoga do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ. E-mail: profesalles@yahoo.com.br

² UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Introdução

Acredito ser importante indicar de qual lugar escrevo a respeito da escola Guarani. Quando da Graduação em Pedagogia (2003-2007), fui bolsista de extensão do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da UERJ e em seguida bolsista do CNPq. Neste período e até o presente momento realizo atividades de pesquisa em parceria com os Guarani do Rio de Janeiro. Estas atividades resultaram em vários artigos apresentados, seminários, palestras e oficinas para professores e alunos não indígenas. Além da monografia de conclusão do curso. Agora, no Mestrado (2009-2011) na UFRRJ, o projeto da Dissertação é resultado do desdobramento de pesquisas iniciadas para a monografia, no que diz respeito ao “Teatro dos jesuítas como instrumento pedagógico e lugar de memória na escola para índios dos séculos XVI e XVII”. Tendo por base as experiências de campo e as leituras documentais em arquivos e fontes secundárias, dissertarei a respeito do título deste artigo.

Os Guarani no Rio de Janeiro

No final da década de 1940, pequenos grupos de Guarani do vale do rio Paraná foram se deslocando, em sucessivas ondas migratórias, para uma área cortada pelo rio Paraty-Mirim, no Alto da Serra da Bocaina, no litoral sul do Estado do Rio de Janeiro. Esses índios só foram “descobertos” em 1970, com a abertura da estrada Rio-Santos. Hoje, a população é estimada em cerca de 700 indivíduos, distribuídos em seis aldeias situadas nos municípios de Angra dos Reis e Parati: Aldeia Sapukai (Angra dos Reis), Aldeia Itatin (Parati Mirim). Aldeia Rio Pequeno (Parati), Aldeia Araponga (Parati), a Aldeia Mamangá (Parati) e a Aldeia em Camboinhas (Niterói). A língua oficial desse grupo, pertencente à família lingüística Tupi-Guarani, é compartilhada por índios que vivem em países do Mercosul, o que permite comunicação entre os Guarani do Brasil com os do Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia.

Os guarani que chegaram no estado do Rio de Janeiro, constituíram seu território tradicional e nele falam sua própria língua, confeccionam seu artesanato, cantam seus cantos sagrados e cumprem seus rituais na Opy, a casa de reza, tocando a ravé (rabeça) e o mbaracá (chocalho). Estes grupos fazem parte, hoje, da diversidade e da riqueza cultural de nosso estado.

Apesar da riqueza ancestral de que são detentoras sua memória e sua cultura há um desconhecimento e uma desvalorização de seus saberes, de suas tradições e de sua própria presença no estado do Rio de Janeiro. Assim torna-se mais do que necessário o estabelecimento de intercâmbios entre as comunidades indígenas Guarani Mbyá e a comunidade escolar a fim de se reverter este quadro e produzir conhecimento diferenciado e inclusivo.

Breve histórico da escola nas aldeias

O processo de escolarização das aldeias guarani do Rio veio se construindo lentamente na década de 90 a partir da demanda das comunidades e da atuação de alguns assessores de Universidades e ONGs. Os Guarani têm um Projeto Educativo mais amplo que a Escola, onde a Opy (Casa de Reza) tem um papel essencial. A comunidade Guarani é religiosa e busca preservar os elementos essenciais de sua cultura e cosmovisão: a Língua Guarani e a Religião.

Neste sentido, o papel dos mais velhos, dos sábios, dos rezadores, da oralidade e da memória, são muito importantes pra sobrevivência da comunidade e pra sua resistência ao contato.

A Escola é fruto do contato, e assim serve ao Guarani como instrumentalização para a interação com o mundo não-indígena, mas ao mesmo tempo, deve colaborar para a preservação dos valores culturais e étnicos Guarani fundamentais.

Para melhor compreensão do atual cenário educacional das escolas guaranis Mbyá do Rio de Janeiro, torna-se necessário realizar um breve levantamento histórico sobre a educação escolar indígena. Uma das principais obras de pesquisa nessa área, dentre outros títulos, são os dez tomos da obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, elaborada pelo Padre, Jesuíta e Historiador Serafim Leite (1890-1969). Através de um estudo detalhado dessa fase da história, o autor descreve os principais passos dos Jesuítas em alguns estados do Brasil, os contatos com os diversos grupos indígenas existentes e acima de tudo, apresenta como se deu a trajetória da construção educacional escolar nas escolas para índios e nas escolas regulares, nos levando à compreensão dos seus funcionamentos pedagógicos e curriculares.

Mas o que foi a educação para índios? Até que ponto a pedagogia jesuítica foi aplicada de forma pacífica? Quais seus resultados positivos e negativos e afinal de contas, a quem ela serviu?

A educação está ligada intrinsecamente às formas de escravização dos índios para o trabalho e catequização. As formas para capturar um indígena passava pelos resgates, aldeamentos e finalmente desaguava nos descimentos que consistiam em expedições realizadas por Missionários com objetivo de convencer os índios que descessem de suas aldeias de origem e vivessem em novos aldeamentos nas proximidades da colônia. Um local de estoque de índios para depois serem catequizados, alugados, distribuídos e repartidos entre os colonos, os missionários e o serviço real da Coroa Portuguesa. Por isso os documentos registram estes índios de repartição ou livres para distinguí-los dos escravos.

Os Jesuítas desconheciam todas as formas de saberes históricos e educacionais que os povos indígenas possuíam discriminando as etnias, as identidades, suas línguas, sua pedagogia da oralidade e culturas que durante este processo foram dizimadas assim como as almas destes povos.

De acordo com Serafim Leite, o ensino existente no país oferecido inicialmente pelos Jesuítas estava dividido em três modelos: Escolas de ler, escrever, contar, cantar e tanger. Colégios e Seminários. Sendo que nos Seminários admitiam-se de preferência os que se destinavam à carreira eclesiástica e a instrução era particular. Enquanto que a admissão nos Colégios estava patente a todos e a instrução era pública e gratuita. No entanto, o destaque aqui fica para o primeiro modelo de escola.

Em meados do século XVI, muitas aldeias do Rio de Janeiro e da Bahia já possuíam as escolas para índios que funcionavam em taipas. Eram escolas “ de ler, escrever e contar” onde o ensino era ministrado por missionários e não há indícios de um professor indígena ter lecionado.

Nas Aldeias da Bahia, passada a chegada de Mem de Sá o movimento escolar e catequético aumentou grandemente por isso, alguns padres relatam em suas cartas os números de alunos e em 1559 escreveu o Governador a El rei D. Sebastião:

“...há escolas de trezentos e sessenta moços, que já sabem ler e escrever...Nóbrega refere que, na Aldeia do Espírito Santo, eram 150. P. Melo diz que na mesma Aldeia, um ano depois a freqüência era de trezentos. Por sua vez António Rodrigues refere que

na do Bom Jesus de Tatuapara ,haverá na nossa escola 400 meninos.(LEITE , Tomo II, p.25).

Todas estas ações representaram o maior genocídio já registrado na história do Brasil, que se tornou real com o uso das armas dos colonizadores, com a fome, com as epidemias e também com as batalhas travadas entre as etnias.

Com o fim do domínio jesuíta sobre os indígenas em meados do século XVIII, o Marquês de Pombal organizou o trabalho dos índios no que chamou de “Diretório” usado no Pará e Maranhão e depois estendido para outras partes do Brasil, decretando que as aldeias deveriam ser governadas por um diretor, responsável pela repartição dos índios. A escola também era voltada para indígenas mas possuía como diferencial a formação para o trabalho. Assim, jovens meninos e meninas possuíam suas escolas próprias de onde saíram tecnicamente prontos para trabalharem para seus colonizadores.

Da escola para índios à escola indígena

Após mais de 450 anos de lutas e resistências a escola indígena ganhou suas formas a partir da Constituição de 1988 e dentro do plano educacional. Por força do Decreto Presidencial nº 26/1991, o Ministério da Educação se tornou o responsável legal pela implantação da política de educação escolar indígena ficando aos Estados e Municípios a responsabilidade pela execução administrativa sob orientação do MEC.

Depois deste, vieram outros decretos e leis entre eles: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, o Plano Nacional de Educação- lei nº 10172/2001, o Parecer nº 14/99 do Conselho Nacional de Educação que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena que foi regulamentada pela Resolução nº 03/CNE/99. Além destes, também foram construídos coletivamente com professores indígenas o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI) de 1998, o Referencial para formação de professores indígenas formulado a partir de reuniões técnicas entre o MEC, a Coordenação Geral de Apoio às Escolas Indígenas, Professores de 13 etnias e representantes de universidades, técnicos e consultores entre os anos de 1999 e 2001.

Apoiados nestes documentos estão os Regimentos e Decretos de criação de cada escola indígena pois todas são diferenciadas e específicas, portanto, devem atender às especificidades de cada etnia. E seguindo aos princípios de ser uma escola bilingüe, intercultural, diferenciada e específica. Ocorrendo assim, como declara Nascimento

(2004: 63), uma ... “(re) aparição do índio...como um povo que, assessorado por organismos que acreditam em sua capacidade de superação, emerge e se dispõe a lutar pelos seus direitos”.

No Rio de Janeiro, desde 2006, existe uma escola pólo chamada Escola Indígena Estadual Guarani Karáí Kuery Renda que possui duas salas de extensão a Tava Mirim, na aldeia de Itaxi em Parati Mirim e a Karai Oka, na aldeia de Araponga. Além de duas escolas comunitárias uma na Aldeia de Rio Pequeno (Paraty) e a outra na Aldeia Tekoa Mboty (Niterói).

A escola pólo e as salas de extensão já passaram por várias complicações estruturais desde a física propriamente dita até a de conflitos entre os mantenedores. O Estado não assumia, o município por sua vez também não, depois passou para a Associação Indígena de Bracuí (ACIBRA) até finalmente chegar ao que se tem desde outubro de 2006, onde a Secretaria Estadual de Educação é a atual mantenedora, mas como os próprios Guaranis frisam “Ela não é do estado, ela é nossa!”.

O Decreto do Estado do Rio de Janeiro de nº 33.033 de 22 de abril de 2003, baseado na Constituição de 1988, na LDBEN em seus artigos 78 e 79 e em outros documentos relativos à educação escolar indígena cria a escola indígena no âmbito da Educação Básica no Sistema de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. Este decreto possui seis artigos e dois parágrafos únicos. No parágrafo único do artigo 1º está determinado que:

“... A Escola Indígena será criada em atendimento à reivindicação, por iniciativa ou com a anuência de comunidade interessada, respeitadas suas formas de representação” (Extraído do Decreto nº 33.033/2003)

A Deliberação do Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro de nº286 de 9 de setembro de 2003, estabelece em seus nove capítulos e 37 artigos, normas para autorização, estrutura e funcionamento das Escola Indígenas do Estado do Rio de Janeiro. O recorte fica para algumas considerações iniciais:

“ Considerando que todos os povos indígenas, independentemente da instituição escolar, possuem mecanismos de transmissão de conhecimentos e de socialização de seus membros; considerando que, ao longo de sua história, as sociedades indígenas vêm elaborando complexos sistemas de pensamento e modos próprios de

produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar seus conhecimentos e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural.

A Pedagogia Guarani

O professor Darci explica porque a educação Guarani é diferenciada:

“ A educação Guarani é diferenciada porque ela começa na família. A escola só reforça.”
(Depoimento recolhido em 03/04/2007 na Ong Cairuçu, em Paraty. Durante o Curso de Formação de AIS e AISAN).

Toda estrutura curricular, metodologia, orientação educacional e objetivos da escola guarani estão registrados em vários documentos: Regimento interno, Projeto educativo guarani, Proposta curricular, Deliberação nº 286 de 09/10/2003 e Decreto 33.033 de 22/04/2003.

O objetivo principal dessa escola é a formação integral do Guarani. “A escola deverá ensinar às crianças a história do povo Guarani para garantir a continuidade da cultura guarani”.

Mas isso não significa que eles queiram viver confinados, pelo contrário, querem interagir, estabelecer diálogos e conhecer a cultura do branco.

O calendário com todas as suas atividades atende ao calendário do povo Guarani, ao tempo próprio para os resultados das práticas pedagógicas específicas e possui em seu quadro apenas professores Guaranis.

De acordo com a diretora juruá Rosa Cerqueira, no início de 2008 “crianças de 4 a 14 anos freqüentavam a escola somando 180 alunos oferecendo um curso equivalente ao Ensino Fundamental. Dividido em quatro ciclos, carga horária de 800h distribuídas por 200 dias letivos. Em breve espero ter turmas para os adultos.”

No entanto, os depoimentos dos professores Guarani Sérgio e Darci, da sala de extensão Tava Mirim, apontam alguns desafios que esta escola enfrenta e que precisam ser solucionados. São estes:

“ Cheguei aqui em Parati Mirim com 8 anos, hoje tenho 28 e é preciso buscar e resgatar a cultura Guarani;
Recebemos livros mas não usamos porque tem

que ser falado na cultura. Pra isso é preciso produzir livros.”

(Depoimentos do Professor Darci em 03/04/07 na sala de extensão Tava Mirim).

“É preciso que as crianças aprendam a escrever o Guarani.”(Depoimento do professor Sérgio em 03/04/07 na sala de extensão Tava Mirim).

As falas dos professores Guarani que em sua maioria apontaram para necessidade de produção de material didático específico e do ensino continuar sendo ministrado na língua materna para em seguida a inserção da língua portuguesa. O que implica também na aprendizagem inicial de uma escrita em Guarani.

Mas esta escola também apresenta conquistas que foram alcançadas graças às lutas dos professores e da comunidade:

“A escola é pra fortalecer cultura.

No começo fizemos um currículo diferenciado. E a Secretaria de Educação aceitou mesmo. Não tem o que mudar.”

(Depoimento do Professor Darci em 03/04/07 na sala de extensão Tava Mirim)

“A escola é boa pros jovens aprender a respeitar os mais velhos”.

(Depoimento do professor Sérgio em 2006 na aldeia de Itaxi em Parati Mirim)

Outro fato apontado se referiu à mudança positiva de comportamento dos jovens e crianças que após participarem das oficinas de criação de bonecos e das narrativas Guaranis, foram estimulados a ouvir ainda mais os mais velhos da aldeia pois devido a presença da TV estava ocasionando desrespeito e desatenção muito fortes em relação ao hábito de conversar e escutar os mais velhos.

Essas oficinas de criação foram realizadas pelos professores indígenas, Agentes indígenas de saúde e de saneamento, uma bonequeira de Paraty, Ananda Machado, Mestre em Memória Social, por mim e também com acompanhamento dos bolsistas do Pró-Índio/UERJ.

Walter Benjamin (1985), em seu trabalho “O Narrador” aponta as qualidades de alguém que faz o uso da narrativa e isso é claramente observado entre os Guarani.

“ O Narrador é aquele que conta com suas experiências ou a relatada de outras pessoas...saber dar conselhos e é prático” (pp.198-200)

A importância do material didático

O livro utilizado pelos professores indígenas deve ser um instrumento capaz de promover a reflexão sobre os múltiplos aspectos da realidade e estimular a capacidade investigativa do aluno para que ele assuma a condição de agente na construção do seu conhecimento. Esta postura contribuirá bastante para a autonomia de ação e pensamento. O livro “Maino’i rapé: o caminho da sabedoria” foi lançado no início de junho desse ano. Ele é resultado do trabalho conjunto de professores e Agentes indígenas de saúde e saneamento, lideranças e as equipes do Pró-Índio/EDU/UERJ e do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, financiado com recursos do Monumenta. Um material construído deles, por eles e com eles.

O material didático da educação indígena tem que ser situado em uma dimensão estratégica, em que a escolha e o planejamento de atividades contribuam efetivamente para que o aluno interaja de modo dinâmico com que lhe é proposto, avançando particularmente na direção da reutilização dos conhecimentos adquiridos, isto é, na transferência de uma situação para outra.

Como todo material didático, qualquer que seja sua natureza, é desprovido de um sentido próprio, seu uso vai depender de uma contextualização dada pelo professor que deve determinar o momento e a intensidade de sua utilização, os objetivos e as metas a serem atingidas, quantificar e qualificar o seu uso para que haja de fato um aprendizado significativo apoiado ou intermediado por este material.

Considerações finais

Em todas as falas dos professores vemos a preocupação com o resgate e fortalecimento da cultura. A escola nas aldeias do Rio de Janeiro chegou de uma forma meio confusa não muito aceita pelas lideranças.

Mas agora, apesar dos desafios apontados relacionados à necessidade de mais professores, materiais didáticos próprios, melhor utilização da TV nas aldeias e necessidade da escrita Guarani, a escola assumiu o papel fundamental de ser uma das fontes para o resgate e fortalecimento da cultura, para preservação da língua materna e

da aprendizagem de como transformá-la em escrita, para resgatar o respeito aos mais velhos e para ser usada como instrumento de defesa contra as possíveis investidas de alguns juruás (brancos em Guarani).

A base primordial dessa escola é transformar os indígenas em atores sociais protagonistas de suas próprias realidades, representantes das imagens de seus povos. Ao contrário da nossa escola que nos transforma em meros figurantes e que para sairmos dessa posição é preciso superar várias barreiras cuja principal é a do “que você não pode, pois isso não é pra você”.

E por fim, a educação escolar indígena é um instrumento para que como eles mesmos declaram “ não sejam enganados ou trapaceados pelos juruás”.

Referências bibliográficas

ARRUDA, José Jobson de A e PILETTI, Nelson. *Toda a História: História Geral e História do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 197-221 (obras escolhidas, vol. 1);

BEOZZO, J. O. *Leis e Regimentos das missões. Políticas indigenistas no Brasil*. Edições Loyola. 1993, cap. 2 e 4.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial curricular nacional para as escolas indígenas*. Secretaria de Educação Fundamental.- Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Congresso Nacional, Dezembro, 1996.

Decreto nº 33.033/2003. www.see.rj.gov.br. Acessado em 18/08/2007.

DENEVAN, Willian M. *A população indígena da Amazônia*. Madison, University of wisconsin, 1976.

FREIRE, José Ribamar Bessa e MALHEIROS, Márcia F. *Os Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Programa de Estudos dos Povos Indígenas. Departamento de Extensão/SR-3. Universidade do Estado do Rio de Janeiro: NAPE/DEPEXT/SR-3.1997.

FREIRE, José Ribamar Bessa. Trajetória de muitas perdas e poucos ganhos. In: *Educação Escolar Indígena em Terra Brasilis, tempo de novo descobrimento*. Rio de Janeiro: IBASE, 2004. pp. 11 a 32.

_____. *A Representação da Escola em um mito indígena*. In: Teias- Revista da Faculdade de Educação da UERJ. Rio de Janeiro, v. 3, p. 113-120, jun., 2001 b.

FREITAS, Glaydson Artur do Vale. A importância da Educação Diferenciada nas Aldeias do Brasil. In: *Cadernos de Educação Escolar Indígena- 3º grau indígena*. Barra do Bugres: Unemat, v.1,n.1, 2002.

LADEIRA, Maria Inês Martins . *O Caminhar sob a Luz. O território Mbyá e a beira do oceano*. São Paulo, 1992. Dissertação (Mestrado). PUC.

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950, 10v

MONTEIRO, Aloísio J.J. *Território e identidade: refinamentos da violência instituída diante das novas configurações sociais*. In: Tellus, ano 6, n. 11, p. 105-120, Out. 2006. Campo Grande-MS.

NASCIMENTO, Adir Casaro. *Escola indígena: palco das diferenças*. Campo Grande: UCDB, 2004.

ROSÁRIO, Manuel da Penha do. *Língua e Inquisição no Brasil de Pombal*. Atualização ortográfica do prof. José Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1995.

SCHMITZ, Egídio Francisco. *Os Jesuítas e a Educação: filosofia educacional da Companhia de Jesus*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

Consultas aos arquivos

Regimento Interno da Escola indígena Kyringue Yvotyty. Acervo do Programa de Estudos dos Povos Indígenas da Faculdade de Educação da UERJ.